

CICITED 2025 – Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento
COLORINDO A INFÂNCIA COM IGUALDADE: PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL

ODS: 4; 10; 16; 17

Monalisa Raymundo Barbosa (UNESA)

Introdução

A Educação Infantil constitui o primeiro espaço institucional de socialização da criança e desempenha papel decisivo na construção das identidades. No entanto, esse ambiente também pode ser atravessado pelo racismo estrutural, impactando o desenvolvimento de crianças negras e comprometendo seu sentimento de pertencimento. A legislação brasileira, por meio da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008, estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todas as etapas e modalidades da educação básica. Apesar disso, observa-se uma distância significativa entre o previsto na lei e a prática cotidiana das instituições, especialmente na educação infantil, em que muitas vezes há ausência de formação específica para docentes e carência de materiais pedagógicos representativos. Nesse contexto, emergem questionamentos fundamentais: como as práticas pedagógicas antirracistas têm sido efetivadas na educação infantil? De que maneira os professores aplicam a legislação? Quais são os principais desafios enfrentados na implementação de uma pedagogia antirracista? O objetivo geral desta pesquisa é analisar como práticas pedagógicas antirracistas são desenvolvidas no cotidiano escolar da educação infantil, considerando a percepção dos profissionais, o grau de aplicação da legislação e os entraves enfrentados.

Revisão da Literatura

A discussão sobre relações étnico-raciais na escola tem sido aprofundada por diversos estudiosos. Fanon (1952) discute os efeitos psicológicos do racismo na constituição subjetiva do negro, enquanto Munanga (2005) aponta para a necessidade de ressignificar a identidade negra e desconstruir mitos de democracia racial. Gomes (2017) analisa as práticas pedagógicas antirracistas como estratégias de resistência e emancipação, e

Cavalleiro (2001) destaca como o racismo atravessa o cotidiano escolar, inclusive na educação infantil. Oliva (2008) e Escauré (2016) refletem sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003 e os desafios enfrentados pelos docentes na prática pedagógica. A literatura aponta, portanto, para a urgência de integrar formação docente, literatura representativa e metodologias participativas para enfrentar o racismo escolar desde a infância.

Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A amostra será composta por professores da educação infantil do município de Taubaté, selecionados a partir de seis escolas municipais. A coleta de dados ocorrerá por meio de questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas. A análise seguirá a técnica de categorização temática, buscando identificar padrões no conhecimento e aplicação da legislação, nas práticas pedagógicas desenvolvidas e nos desafios enfrentados.

Resultados Esperados

Espera-se que a pesquisa evidencie os limites e possibilidades das práticas pedagógicas antirracistas na educação infantil, bem como os entraves enfrentados pelos professores para aplicar a legislação. A expectativa é de que os resultados indiquem baixo nível de formação específica e necessidade de maior apoio institucional para a efetivação da educação antirracista. Com base na experiência prática da autora em iniciativas digitais de letramento racial, prevê-se também que estratégias inovadoras, como o uso de literatura infantil representativa, rodas de conversa e materiais didáticos acessíveis, contribuam para ampliar a segurança dos professores e favorecer o pertencimento das crianças negras.

Conclusões ou Considerações Finais

A implementação de práticas pedagógicas antirracistas na educação infantil é um desafio urgente e necessário para garantir equidade educacional. A pesquisa em andamento busca oferecer subsídios teóricos e práticos para consolidar uma pedagogia comprometida com a justiça social, ampliando a formação docente e fortalecendo identidades infantis. Ao propor a articulação entre teoria, legislação e prática pedagógica, reafirma-se o papel transformador da escola na construção de uma sociedade mais democrática, plural e livre do racismo.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

ESCOURÉ, Marina. **Educação, relações étnico-raciais e práticas pedagógicas: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2016.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Paris: Éditions du Seuil, 1952.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **História da África e dos africanos: ensino, identidades e a Lei 10.639/03**. Porto Alegre: Mediação, 2008.